
MARRAKESH – Encontro do GAC sobre a implementação de códigos de dois caracteres
Quarta-feira, 9 de março de 2016 – 14h a 14h30 WET
ICANN55 | Marrakesh, Marrocos

DESCONHECIDO: Nove de março de 2016, das 14 às 14:30. ICANN 55. Sala Cristal. Reunião do GAC sobre a implementação dos códigos com dois caracteres.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado a todos por estarem aqui de novo. Temos algumas coisas que ficaram pendentes na agenda, que vamos tentar resolver à tarde.

Há um tema especial que ficou pendente e que tem a ver com a relação do comunicado.

Quando nos encontramos novamente para a reunião do comunicado, que só vai acontecer às 3:00, aproximadamente.

Estamos olhando agora a parte número 22, o ponto número 22 da agenda, que tem a ver com a implementação dos códigos de dois caracteres de segundo nível. A implementação disso também é um tema recorrente, que tem a ver com a comunicação entre GAC, ICANN, diferentes assessoramentos que oferecemos.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Os senhores têm aí um documento dentro dos documentos que já foram entregues para a reunião. Eu vou começar passando a palavra à Gema, para ver se podemos, no debate, entender um pouco melhor quais são os temas pendentes que ficam ainda.

GEMA CAMPILLOS:

Muito obrigado, senhor presidente. Boa tarde.

Eu não sei se os senhores lembram que o nosso assessoramento em Dublin, que não foi a primeira vez que falamos do uso dos nomes de dois caracteres dentro dos novos gTLDs. Mas enfim, para estabelecer onde estamos, eu vou remeter ao assessoramento que demos em outubro do ano passado, em Dublin.

Naquele momento, dissemos que as ações da ICANN na implementação da especificação número cinco, do acordo com registros, não era coerente com o assessoramento que tinha dado o GAC anteriormente. Então se solicitou ao Board que resolvesse problemas técnicos, para que fosse mais fácil aos governos a encontrar suas objeções. E também lembrou que todos os comentários feitos pelos governos com independência, dos fundamentos que dessem, tinham que ser levados em conta.

Depois de Dublin, surgiram novidades sobre esse tema. Em primeiro lugar, tivemos um seminário web. Na verdade, eu não

lembro porque, na verdade existiram duas zonas horarias. Então nesses seminários web, o pessoal da ICANN informou aos membros do GAC sobre o que era o formulário web e os novos processos que tinham que cumprir para apresentar essas objeções. E outras questões técnicas que foram resolvidas, basicamente, agora é muito mais fácil de utilizar do que era antes. Essa é uma das novidades do seminário web e o novo formulário web que foi melhorado.

A segunda novidade, não sei se os senhores receberam, se vocês são as pessoas de contato, devem ter recebido as notificações para novos pedidos que se publicam no website da ICANN. A ICANN, então, começou a seguinte fase do processo e solicitou para os operadores de registro, que são aqueles que trabalham com (inint) [00:05:14] etiquetas dos gTLDs, que receberam, por sua vez, comentários dos governos, que apresentem planos de mitigação, para ver como podem tratar as preocupações apresentadas pelos governos.

Seria um período de 60 dias para apresentar esses planos de mitigação. Então, para 25 de abril, esses planos de mitigação já deveriam ter sido apresentados à ICANN.

Esses planos de mitigação, junto com os comentários do governo, serão levados em conta para apresentar ou formular os critérios que serão utilizados para avaliar as preocupações dos governos.

E esses critérios serão abertos a comentários públicos para tomar uma decisão final sobre como tratar esses comentários recebidos. Isso vai ser depois, durante esse ano.

Eu não lembro exatamente se essa mesma notificação, que aparece no correio eletrônico, ou em outra aqui, nos informaram que existem oito etiquetas de dois caracteres, que pertencem a oito países, eu acho, que foram rejeitados os comentários porque não se relacionavam com a possível confusão com nome de países ou territórios.

E a terceira novidade, que eu queria compartilhar com os senhores, é que há pouco tempo recebemos uma comunicação do Board falando do assessoramento do GAC em Dublin, que incluía uma resposta aos nossos assessoramentos sobre esse tema.

O Board disse que os comentários dos governos foram levados em conta na sua totalidade. Mas no entendimento de que se relacionam com os critérios de confusão. Claramente estabelecem que não aceitam o assessoramento do GAC, de considerar os comentários do GAC quando não tem relação com a confusão, porque essa é a norma. Esse é o padrão estabelecido na especificação número cinco do contrato com os registros. E mais precisamente, no segundo procedimento que foi cumprido para autorizar a publicação dos nomes de dois caracteres.

Estes são, então, os principais temas que surgiram depois do comunicado de Dublin, no seminário web sobre temas técnicos, o início da seguinte fase ou etapa que tem a ver com os nomes de dois caracteres. E também o tema de que há oito comentários que estão identificados com oito etiquetas que já foram identificadas.

Recebemos a resposta ao comunicado de Dublin, que diz que não aceita o assessoramento do GAC com respeito aos fundamentos desses comentários, quando esses comentários não estiverem relacionados com a confusão. Mas, nas outras situações, consideram completamente aceitos os comentários dos governos.

Esta é a situação atual, aqui estamos. Isso fica aberto para debate entre os senhores.

Vou passar a palavra agora ao nosso presidente, para continuar com a sessão

PRESIDENTE SCHNEIDER: Como estava Namíbia, que era um dos casos que não foi cumprido, se é que me informaram corretamente, eu não sei se fizeram uma referência à cadeia de caracteres que gerava confusão.

Exatamente, Henri, não sei se o senhor pode mencionar, exatamente, qual a situação para que possamos entender o que acontece na Namíbia.

NAMÍBIA:

Obrigado, Thomas.

Sim, eu queria apresentar essa preocupação que temos agora, depois da rejeição das nossas objeções.

Eu não quero justificar por que aconteceu, porque tinha sido feito promessas. Mas, na letra pequena do contrato, existe um acordo do registro e se cumprem outros processos. Parece que essa é a justificação por parte da ICANN para contestar com base nos critérios de confusão o que comentário apresentado.

A nível pessoal, é muito difícil explicar e motivar o que é que precisamos, o que devemos fazer, porque alguns de nós têm visões bastante forte, dizendo que as nossas objeções ou que o assessoramento, que tinha a ver com o acordo de registro e o entendimento geral, deveria ter estabelecido um processo, no qual solicitantes ou registros pudessem falar com os governos através dos representantes do GAC a respeito das objeções ou pontos controversos para ver o que podia acontecer, esclarecer os pontos e que não existissem maus entendidos. Isso não foi assim.

E agora estamos pedindo se existe alguma chance, depois dessa rejeição, se há alguma possibilidade de, não sei, talvez procurar ou ver quais são as objeções para terminar com os debates ou ampliar um pouco mais esses debates. Porque a nossa visão é que as objeções têm indicado alguma confusão de forma implícita e não explícita. E, aparentemente, tem que estar manifestada de forma explícita essa confusão. Tem que manifestar os países quando faz a objeção.

Então nós queremos receber mais informação sobre como continuar avançando. O que podemos fazer, não sei, para poder, talvez, ter maior clareza ou fazer outras consultas, ou se há algum outro processo de apelação. Porque há um governo nesse momento. Mas eu acho que podem existir muito mais no futuro.

Sim, somos oito mencionados. Então, vendo essa decisão, os colegas possam passar mais informação ou comentar outro antecedente para ver como podemos avançar.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado.

Bom, devem ter tomado nota de que nós temos Cyrus aqui, que tomou um tempo para estar aqui e analisar conosco esse tema.

Talvez posso passar a palavra, para que todos o ICANN digam como percebem essa situação. E também para ver se é provável encontrar uma solução nesses casos.

Aparentemente houve um mal-entendido sobre os procedimentos, as bases ou fundamentos para a objeção de um determinado governo a respeito desse tema. Então eu não sei, nesse caso, se pode ser problemático ou não.

Muito obrigado por ter vindo aqui e falar sobre os métodos de trabalho.

CYRUS NAMAZI:

Obrigado. Meu nome é Cyrus Namazi. Eu sou membro da divisão de nomes globais da ICANN.

Uma das minhas responsabilidades tem a ver com o manejo desse processo de aprovação dos códigos de dois caracteres. Então eu agradeço a oportunidade de estar aqui para responder perguntas, para escutar os comentários, para entender um pouco melhor alguns dos temas e preocupações que surgiram.

Vamos fazer um pouco de história sobre todo esse processo. Há dois fatos que têm que ser levados em conta. Um é impedir qualquer direção específica do Board quanto ao texto, acordo de registro, segundo marcam seus critérios, para que o pessoal possa avançar. Em especial, no que tange a autorização de

aprovação das etiquetas de dois caracteres. Isso se vincula com a especificação cinco do acordo de registro.

Houve uma comunicação frequente com os representantes do GAC, Gema e outros, que tinha a ver com o que nós entendíamos e o que era que nós íamos tratar nesse assunto. Em agosto do ano passado, nós publicamos um processo para cumprir a respeito do processamento dos pedidos, que fizessem os registros para aprovar e autorizar esses códigos de dois caracteres.

Desde então surgiram comunicados, inclusive do GAC e do Board. E nenhum deles deu como resultado uma alteração significativa do curso de ação que tínhamos decidido tomar.

Como mencionou Gema, nós também, além dos correios eletrônicos e do que atualizamos no nosso website, fizemos dois seminários web para duas zonas horárias diferentes, para que os representantes dos governos pudessem participar sem problema. Houve uma participação razoável, e aí explicamos qual era o processo que devia ser cumprido.

E, intencionalmente, diminuimos o nível, como para que os governos pudessem objetar a autorização imediata do código correspondente de etiqueta de dois caracteres, que realmente poderia ter levado à alguma confusão com o código de país.

Fizemos assim para que existisse um diálogo substancial entre os registros, que queriam utilizar esses códigos de dois caracteres, a ICANN, a comunidade e, obviamente, os países em questão, os países envolvidos.

Para chegar à uma solução que tivesse sentido, com essa finalidade em conta, as primeiras etapas do processo terminaram em cinco de dezembro de 2015. Depois, juntamos e processamos todos os comentários recebidos, que foram 48, no total. Mas, não sei, é por aí, ao redor desse número.

Depois de processar, depois de analisar todos os comentários recebidos, como foi mencionado antes, como Gema falou antes, muitos desses comentários cumpriam com esse limiar mínimo que tínhamos colocado para a objeção do país correspondente. E, menciono, destaco o “correspondente”, porque isso estava manejado pelo texto que estava no acordo do registro, na especificação número cinco.

Mas, agora, se não cumpria com os critérios de confusão, não significava que nós não iríamos levar em conta. Mas, realmente, assinalamos essas oito etiquetas de dois caracteres para que continuassem o custo de ação adequado. Porque talvez tinham a ver com spamming, com coisas assim, desse estilo, ou ponto de contato dos registros.

Como eu já mencionei, agora os operadores de registro têm 60 dias, eu não lembro exatamente a data, mas eu acho que vai até 24 de abril, para voltar com as medidas propostas para mitigar essa confusão. E esse é o processo atual.

Recebemos alguns comentários dos colegas do GAC, porque agora temos essa ferramenta web para esse procedimento específico. Então melhora o processo. Mas, essencialmente, estamos aqui, e é agora essa a situação.

Essas oito etiquetas de dois caracteres que não cumpriram os critérios de confusão vão ser autorizadas no futuro.

Obrigado.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado, Cyrus, por explicar tudo isso. Porque parece que realmente fizeram um trabalho muito importante para achar uma solução apropriada para todos.

Agora ficamos abertos a perguntas, comentários para Cyrus ou para os membros do GAC.

Irã.

IRÃ: Obrigado, senhor presidente. Muito obrigado, Gema. Obrigado, senhor Namazi.

Essas perguntas foram colocadas antes e a resposta não foi muito convincente. Desde o momento em que se faz a solicitação, se o governo em questão não reage, essa reação envolve um acordo tácito ou é necessária uma resposta explícita do governo?

Talvez esse seja um tema que, para muitos, não seja importante, mas muitos colegas dos países em desenvolvimento se preocupam com isso. Então queria saber se temos que ter uma resposta específica ou ausência de respostas, o que significa que isso é um acordo tácito.

CYRUS NAMAZI:

Obrigado pela pergunta. Sim, explicitamente tem que objetar a autorização desse código de dois caracteres, que corresponde a seu código de país. E a objeção tem que cumprir seus critérios para que haja possibilidade de confusão. Por exemplo, com o código do país do Irã.

IRÃ:

E se não responde, será autorizado o uso desse código de país.

Esse é um grande problema. Se temos uma falta de acordo, por exemplo, em outras áreas podemos encontrar e se comprometer aos interesses de muitos países que não têm os recursos humanos, nem materiais. Há mudanças nas organizações, na responsabilidade das pessoas, nos ministérios dos escritórios. E

isso pode não ser considerado. Isto é algo que se deve autorizar a ICANN para que intervenha como fonte de informação.

Depois do prazo, que não haja resposta, significa que não haja um acordo tácito.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Bom, é verdade que o GAC expressou com anterioridade sua decepção, devido a que esse processo não tenha sido feito de uma maneira que facilite as coisas aos governos. Está configurado de uma maneira que facilita as coisas para os registros.

Nós tivemos essa discussão antes. Houve uma troca de opiniões. E esse processo se estabeleceu tal como está, tomamos nota disso, com certo grau de desilusão.

Devo dizer, entretanto, que existe a confusão, às vezes, de que para um processo similar, com relação a possível atualização dos nomes de países, e não dos códigos de país, acho que se fez o contrário. O GAC, claramente, depois dessa experiência com os códigos de país, expressou a sua expectativa de que tinha que ser feito o contrário.

Vocês devem lembrar que coletamos uma lista, onde convidamos para facilitar as coisas da ICANN e dos registros, convidamos todos os membros para que expressassem a sua opinião com relação a autorizar seus nomes para todos os TLDs, ou como

alternativa apenas para os TLDs de marcas, e não a todos. Aqueles que não respondiam, houve um ato percentual de resposta dos membros do GAC. Mas, na realidade, essa lista foi entregue não só aos membros do GAC, mas a todos os governos. Inclusive aos que não estão representados no GAC. Entregamos essa lista à ICANN, publicamos para fazer melhor as coisas do ponto de vista dos nomes de países.

A expectativa é muito clara. Nesse caso, por defeito, se não há resposta, não se autoriza. Mas esse outro processo, e já não tínhamos maneira de exercer influência.

Cyrus, quer a palavra?

CYRUS NAMAZI:

Obrigado, senhor presidente.

Para responder à pergunta do Irã, o processo foi estabelecido não para facilitar as coisas aos operadores, registros ou pessoal da ICANN. Poderíamos discutir se poderia ter havido alguma maneira melhor de gerenciar isso. Para resumir o processo que nós esperamos levar adiante, diria que os governos têm até 60 dias para comunicar sua objeção à ICANN.

Há diferentes modalidades para se manter informado. Pode se escrever um e-mail, se recebem as solicitações, também há website, onde são resumidas todas as solicitações. E, para ser

franco, como disse antes, o nível, a barra para as objeções é muito baixa. O único que tem que fazer o governo dizer tem uma objeção, porque gera confusão e prejudica meu código de país.

Eu entendo que não seria uma grande carga, há muito pessoal nos governos, então acho que podem trabalhar sobre isso. Acho que é bastante simples, se houver um país com problema, tem que subscrever na lista de e-mails, tem 60 dias para apresentar a objeção e fazer o processo como corresponder. Presumivelmente eu acho que isso ajude.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado.

Palestina e, depois, Espanha.

PALESTINA: Prefiro falar em árabe.

No início, eu pedi desculpas. Porque talvez essa pergunta chegue tarde, pois me uni tarde ao GAC.

A pergunta tem a ver com a ICANN. Eu vejo que esses códigos de dois caracteres são muito confusos para a indústria do DNS, porque representam um problema para os registros e registadores, devido à grande quantidade de domínios delegados no último ano.

Aqui estamos discutindo os domínios de dois caracteres. Isso envolve uma carga adicional. Principalmente aqueles domínios de primeiro nível e os ccTLDs.

A minha pergunta pode parecer um pouco demorada, tardia, mas acabo de chegar e quero ter uma resposta para isso.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado.

CYRUS NAMAZI: Obrigado por essa pergunta. Para esclarecer a situação que estamos discutindo aqui, falamos da autorização de códigos de dois caracteres no segundo nível. Obviamente, um ccTLD opera no primeiro nível, então não estou certo de entender a sua pergunta, se é relacionada com o primeiro nível ou com o segundo nível.

No segundo nível não sei se gera esse nível de carga sobre o operador do código de país.

Se não entendi muito bem, por favor, me diga.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado.

Espanha tem a palavra.

ESPAÑA:

Eu queria formular várias perguntas de diferentes naturezas.

Com relação as oito etiquetas que foram tratadas, devido à uma falta de fundamentação sobre a relação entre a objeção com uma possível confusão com o nome de país, e devido às que estão encaminhadas para serem autorizadas, mas ainda não foram, eu acho que perguntaria se há outra opção que não seja do mecanismo de apelações para essa situação dentro da ICANN, para aqueles países, para que possam oferecer os fundamentos que mostrem explicitamente qual é a possibilidade de confusão. Porque, afinal de contas, todos os fundamentos se baseiam na possibilidade de confusão com o nome de um país. Então essa é uma das perguntas.

A segunda pergunta se relaciona com uma questão técnica. Eu entendo que o formulário web e o processo melhoraram de maneira considerável, até o ponto em que eu me arrisco a sugerir esta pergunta. Se fosse possível para um país emitir uma objeção, incluindo esses nomes de primeiro nível que ainda não solicitaram autorização, a quantidade e identidade deles é conhecida, mas acho que isso seria bastante fácil do ponto de vista técnico. Ou é possível fazer objeção uma vez e se esquecer dessas solicitações que chegam de maneira contínua?

Em terceiro lugar, minha pergunta se vincula com os planos de mitigação e os critérios que poderiam estabelecer no Board em consequência.

Uma grande quantidade de objeções solicita que os operadores de registros consultem com os governos antes de registrar o nome. Eu queria que a ICANN levasse isso em consideração como possível medida, porque a vontade de muitos governos não é a de obstaculizar ou se opor ao uso desses códigos de dois caracteres. Mas é necessário estar certo de que não vão ser utilizados de maneira que seja prejudicial para o país ou que gere confusão aos usuários.

E a última pergunta se relaciona com o possível uso desse procedimento, que foi estabelecido pela ICANN para a liberação, autorização dos nomes de país no segundo nível. Sabemos que as solicitações para autorizar o uso desses nomes ainda estão pendentes. É essa a questão, a que fez referência ao presidente. Gera, ainda, algumas dúvidas em mim com relação ao processo a seguir. Esse processo que está sendo implementado para os nomes de dois caracteres vai se utilizar, vai ter uma influência nos procedimentos subsequentes para o procedimento dos países, dos quais a cláusula número cinco não tem uma redação exata, ou não tem o mesmo conteúdo dessa especificação cinco, aquela que se refere aos nomes de dois caracteres.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Acho que vamos receber mais umas perguntas e depois respondemos à todas.

Passo a palavra para Países Baixos.

PAÍSES BAIXOS: Vou ser breve.

Dando acompanhamento às observações de Irã e Palestina, quero dizer que tivemos uma discussão extensa na plenária antes do GAC. E que houve alguns que estavam a não ser excessivamente protetores no segundo nível.

Lembro que havia 240 ou 250 gTLDs já herdados, existentes, para os quais o uso do segundo nível esteja completamente de acordo com os nossos procedimentos. Provavelmente centenas deles se utilizem desses nomes de países.

Então queria perguntar sobre a delegação, se tiveram uma reserva firme, se tiveram problemas nos últimos anos com essa prática.

WIPO: Cyrus mencionou que haveria critérios conforme os quais se julgaria a possibilidade de confusão, pergunto eu se poderia falar mais um pouco ou confirmar qual seria o fundamento dessa

decisão, e se esses fundamentos vão ser oferecidos no momento de ser utilizados.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Fala ECOWAS, se não me engano.

SUAZILÂNDIA: De Suazilândia.

Eu pergunto por que essa situação deve ter essa dependência da não aceitação do governo. Por que não podemos ter apenas convenções? Este é um primeiro nível, isto de (inint) [00:36:34] de segundo nível. No primeiro nível temos essa lista de nomes que podem ser utilizados como gTLDs ou ccTLDs. E, bom, as palavras que não sejam gTLDs ou ccTLDs não se autorizam. No segundo nível os nomes ou dois caracteres que representam nomes de países, esses também não são permitidos.

Então, se houvesse uma convenção desse tipo, eu pergunto se poderíamos aplicar. Por que teríamos que ter a objeção do governo como condição?

Como disse Irã antes, o país talvez não esteja em condições de apresentar a objeção porque desconhece, porque não tem os recursos ou por qualquer outro motivo.

E a confusão, na verdade, eu acho que não se relaciona com as pessoas desse país em especial. Eu suponho que, inclusive, em um terceiro país, às vezes a pessoa não tem muito conhecimento dos aspectos técnicos da internet. Sabemos que procuramos para Reino Unido e algum outro nome, isso poderia ocasionar uma confusão no receptor, para que conforme não sabe se está relacionado ao Reino Unido, quando, na verdade, se trata do nome de domínio de dois caracteres utilizado por alguma outra pessoa em algum outro lugar?

PRESIDENTE SCHNEIDER: Itália, finalmente.

ITÁLIA: Obrigado, senhor presidente. Obrigado Gema e Cyrus, por sua explicação.

Itália não objeta a delegação do nosso código de país no segundo nível. Mas achamos que é necessário exercer o direito para avaliar a delegação do nosso código de país, ou nosso nome de país, no segundo domínio em cada caso em especial.

Estamos desenvolvendo um processo internacional que leva em consideração não só os riscos de confusão, mas também o marco nacional e internacional do ponto de vista legal. Por exemplo, .sucks. Todos devem lembrar a questão de .wine. Nós pelo menos

gostaríamos de ter o direito a exercer, ou gostaríamos de ter a possibilidade de exercer nosso direito para proteger o nosso nome geográfico de .wine, por exemplo.

Por esse motivo pensamos que a ICANN e os registros deveriam respeitar a nossa posição, respeitar o domínio de segundo nível com o código de país da Itália. Para a Itália é uma questão muito sensível.

E queremos, também, destacar, que essa posição foi acordada com os registros de IT.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Temos pouco tempo, mas vamos tentar escutar de Cyrus alguma resposta.

CYRUS NAMAZI: Obrigado a todos pelas perguntas. Realmente vou tentar responder a maior quantidade de perguntas. E, obviamente, se não chego, por favor, a qualquer momento entrem em contato comigo.

Quero começar minha resposta dando dois pensamentos fundamentais para que os senhores levem em conta na medida que avancemos nessas deliberações.

Em primeiro lugar, vou aceitar o que disse os Países Baixos como comentários, a respeito dos comentários das objeções apresentados ao mundo como novas gTLDs, utilizando esses dois caracteres no segundo nível. Isso não é uma coisa nova, porque os TLDs delegados, há muitos desses exemplos, não há restrições de dois caracteres. Antes não existiam e pode dizer que existem agora. Podemos procurar e ver que há muitos casos realmente de situação de abuso que elevariam esse nível de preocupação por parte dos seus respectivos governos também.

Em segundo lugar, e o mais difícil, talvez, de comunicar aos senhores, do meu ponto de vista. Nós não conhecemos todos os direitos e, em especial, o tratado internacional que deu ao governo sustento para que possa objetar o uso de dois caracteres no segundo nível, no alfabeto latino. Na verdade, nós não conhecemos, se algum dos senhores conhece, por favor, nos comunique. Mas pelo menos a ICANN não conhece a existência desse tipo de direito.

Voltamos agora às perguntas realizadas. Eu vou tentar responder a maior quantidade porque temos pouco tempo.

Começamos com as oito etiquetas que foram notificadas como etiquetas que não cumpriam os critérios de objeção. Eu acho que não há recurso possível para voltar e se inserir no processo. A data limite já acabou, não há um mecanismo para reabrir o que já foi

fechado. Os comentários que não cumpriram os critérios não podem ser reabertos.

Obrigado por parabenizar o formulário web, Gema. A pergunta que a senhora fez gera uma objeção genérica sobre todos os pedidos futuros. A resposta é não, não existe um modelo único para todos os pedidos que se realizam.

A lógica é que não sabemos quais serão os pedidos. Podem vir de uma medida de proteção de mitigação, uma medida de mitigação incorporada. Então podemos, talvez, considerar essa situação como uma coisa oposta a uma rejeição direta, não é?

A ICANN também pede aos operadores de registro que antes de que comecem a funcionar os códigos de dois caracteres, que façam consultas aos seus governos.

Eu não tenho nenhum limite jurídico para fazer esse pedido.

Eu incentivo todos os membros do GAC presentes que participem do processo de comentários públicos que se abre depois da apresentação das medidas de mitigação por parte dos operadores de registro. Estamos tentando responder à pergunta da WIPO quando fala dos critérios. Tanto os critérios para avaliar a confusão.

Há o entendimento básico do que significa a confusão. Mas também queremos que a comunidade se manifeste. Que os

governos, operadores de registro se manifestem, para que todos possamos ter claro e chegar a um entendimento comum do que significa isso. Como para melhorar, inclusive, o processo.

Também, Gema pediu a não utilizar o mesmo processo em 100% quando falamos da liberação dos códigos de país. Tomamos nota disso, Gema. Eu acho que vamos tomar muitas lições aprendidas, coisas que sejam aplicáveis.

Mas, obviamente, tudo vai se ajustar ao processo específico, que tem a ver com a liberação dos nomes de territórios de países.

Eu acho que perguntaram por que não podemos ter uma convenção para a liberação desses códigos. Eu acho que podemos, as comunidades têm essas convenções, não há qualquer problema. Mas, até agora, tanto o pessoal como é o que podemos fazer é nos basear no contrato que temos implementado. Bem como qualquer outra diretiva aqui, surja do Board, essa é a posição em que estamos hoje.

Eu acho que também respondi à pergunta da Itália, ao comentário da Itália, que tinha a ver com o direito a avaliar. Eu desconheço esse direito, não sei se existe. Falo isso com muito respeito.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Eu quero agradecer duas coisas. Primeiro, muito obrigado por participarem. Porque, como os senhores sabem, há alguns assuntos que queremos que esclareçam em breve.

E, com respeito a liberação, que é outro pedido que vem junto com a liberação dos nomes de países, vamos começar, então, a questão dos direitos, tratando a questão dos direitos. Eu não sei se existe um direito ou não, mas há uma coisa que todos temos que aprender. Pelo menos na percepção do GAC, quando nós debatemos esse programa, o GAC sentiu que tinha sido garantido, prometido que o GAC teria voz em toda essa situação e que irão os governos decidir se liberariam ou não os códigos de países.

Não fomos suficientemente diligentes em olhar como estava redigida a especificação cinco e o que tínhamos que fazer. Não houve suficiente comunicação, por isso acabamos com esse procedimento que realmente foi muito difícil de concretizar por parte dos governos, porque tinham que prestar muita atenção a tudo isso e dedicar muitos recursos. Aprendemos muito, também. E o que faz com respeito a nomes de países são situações jurídicas específicas que dão proteção a esses nomes.

Há um texto diferente na especificação número cinco que não permite a liberação com consentimento do governo ou com o consentimento da ICANN. Mas que tem que ter o consentimento do governo e da ICANN. Então a expectativa é que o processo será

diferente. Então queremos, também, nós sermos construtivos e úteis para arrumar essa lista, para que isso seja mais fácil, também.

Quando se diz que vai existir um processo e que nós vamos participar de forma ativa para ver se isso funciona para todos, antes de que o processo esteja em andamento, ou que comece a funcionar, vamos tentar verificar todos esses problemas e participar de forma ativa antes de que comece esse (inint) [00:47:52].

Então agradeço ter vindo e esperamos a cooperação para o futuro.

IRÃ:

Obrigado, senhor presidente.

Não temos que nos apressar em nada, porque isso é uma coisa de muito cuidado. Isso tem a ver não com uma superproteção, mas com o direito. Não tem o porquê existir um tratado ou uma convenção constitucional. Isso é uma coisa habitual. Então é um direito que tem um país. Talvez tenhamos um mecanismo de cooperação, não sei, talvez se especificamos alguma coisa em contrário, mas não tem resposta nem um desacordo, então como colocamos isso?

Talvez a ICANN não tem, mas sabemos que existe nas Nações Unidas, há muitas áreas que, a menos que não exista nada, se não há resposta, significa que há um desacordo. Então para não bloquear o registro, aquele que peça essa etiqueta, não sei se o registro tem que entrar em contato com o governo ou não. Mas, me desculpem, eu quero que isso fique como comentário da modificação e também do resultado desse debate, que queremos ter esse mecanismo de incorporação.

Não precisamos que exista uma constituição, uma convenção, um tratado internacional. Porque isso tem base nos usos e costumes. Isso é muito importante, então temos que fazer o uso do direito, porque somos um país. Se a organização muda, isso não se trata de superproteção, mas se trata de respeitar o direito que cada um dos países tem. Isso é muito importante.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Obrigado, Irã.

Já passamos da hora. Infelizmente temos que acabar aqui. Espero ter toda a tarde para a redação do comunicado.

E agora...

Há outro ponto prático, agora, que tem a ver com a premiação, com o presente de participação.

Eu vou passar a palavra à ACIG. Vamos, depois, dar um recesso para acabar a primeira redação, o comunicado do GAC. E vamos nos reunir meia hora depois para ter tempo de imprimir e que todos possam ler.

Para a informação de todos os senhores, os cartões que estavam na sacola, mais uma vez foram retirados. Então era para reduzir o incentivo para que isso acontecesse de novo. Aqueles que não repararam e colocaram mais de um cartão de apresentação, lamentamos profundamente, mas vamos tirar. E aqueles que fizeram de forma deliberada, também vamos tirar. Há um cartão por pessoa.

OLOF NORDLING:

E agora sim vamos fazer o sorteio. Suspense. Esse é um momento que precisa, realmente, um padrinho residente. Vamos ver.

(And the winner is) [00:51:25] Florence Lengoumbi, salva de palmas para a República de Gabão.

Está se aproximando ao palco.

Eu teria que dizer que eu acho que hoje combina perfeitamente com a dama e a roupa que tem, que colocou.

PRESIDENTE SCHNEIDER: Bom, eu acho que estamos todos satisfeitos com a lição que fez Olof.

Vamos fazer um recesso, então, de meia hora, aproximadamente, para preparar e atualizar o comunicado para que imprimamos.

Então aí vamos nos reunir aproximadamente 3:30 da tarde.

Não serão comunicados, logo, então, esperamos poder acabar cedo.